

O bom senso do Federal Reserve

Em um movimento diretamente relacionado com a decisão do Federal Reserve Board (Fed) de elevar a taxa de juros americana de 5,5% para 5,75%, o Banco Central Europeu (BCE) aumentou sua taxa de juro básica de 3% para 3,25%. O BCE não tinha alternativa, segundo seu presidente Wim Duisenberg, em face do declínio da cotação do euro e da ameaça inflacionária decorrente da alta dos preços do petróleo.

A ação do BCE não agradou ao governo de alguns países que integram a União Monetária Europeia (UME), particularmente a Alemanha. Lutando contra altas taxas de desemprego, que na área do euro chegam a 9%, em média, as autoridades desses países preocupam-se com os efeitos que uma sequência de aumento dos juros poderá vir a ter sobre sua recuperação econômica.

Se a pressão dos preços do petróleo afeta tanto os EUA como a Europa, há um visível descompasso entre suas taxas de crescimento: enquanto a economia americana, superaquecida, vem se expandindo a uma taxa anualizada de 5,8%, o produto real dos países da zona do euro teve um crescimento médio de 2% em 1999, esperando os governos da área elevá-lo para 3% neste ano. Isso não interferiria na determinação de Duisenberg de manter a todo custo a inflação abaixo da meta de 2% ao ano, não fossem as pressões externas.

Evidentemente, essa evolução pode ter consequências desagradáveis para os países em desenvolvimento. Além de estarem diante da necessida-

de imperiosa de aumentar suas exportações para manter suas contas externas em ordem — e, para isso, contam com a expansão dos mercados externos —, esses países correm o risco de uma migração, para os países desenvolvidos, de investimentos que atualmente lhes são destinados.

O recurso para atrair dinheiro seria uma nova rodada de alta de juros nos países emergentes, prejudicando sua expansão. Paralelamente, uma menor receptividade do mercado interno americano a importações, aliada a um encolhimento do mercado europeu, pode privar esses países de

bilhões em divisas, afetando seriamente seu desenvolvimento.

Vê-se, portanto, quanto é crítica, neste momento, a evolução do preço do petróleo no mercado internacional. Diferentemente do que ocorreu na década de 70 e em parte também na de 80, o preço do petróleo não deve acarretar exatamente uma crise de pagamentos, dada a liquidez existente no mercado internacional. Mas pode diminuir o ritmo de crescimento das economias dos países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento importadores do produto, principalmente pela preocupação dos governos com um recrudescimento inflacionário.

O petróleo chegou a ser cotado, ontem, a US\$

27,78 o barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York, superando as previsões de alguns meses. Mesmo considerando a maior demanda durante o inverno no hemisfério norte, não se esperava que o preço do barril de petróleo fosse além de US\$ 25. O inverno, porém, vem se revelando muito rigoroso e, segundo os últimos levantamentos, os estoques estão em baixa. Assim, a não ser que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros países aliados ao cartel aumentem a produção, o preço do barril pode ir além de US\$ 30, o que seria sinal de perigo.

Não temos, entretanto, uma visão pessimista. Felizmente, Alan Greenspan continua como “chairman” do Fed (ontem confirmado pelo Senado americano para seu quarto mandato), e ele tem se revelado prudente. Tanto quanto Duisenberg, não lhe falta disposição para combater surtos inflacionários, mas a experiência mostra que ele prefere adotar uma política gradualista. Contrariamente à opinião de analistas que julgavam que deveria aumentar os juros em 0,50% ou 0,75%, ele, desta como de outras vezes, decidiu-se por uma elevação de apenas 0,25%. E certamente Greenspan está consciente das consequências políticas de uma brusca desaceleração da economia norte-americana.

Do lado europeu, a queda do euro pode ser preocupante para as correntes monetaristas, mas estimula as exportações europeias para os EUA. As perspectivas, portanto, não são de uma recessão mundial. ■

Greenspan não tolerará um surto inflacionário, mas ele prefere uma política gradualista